

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO	15
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO	17
INTRODUÇÃO	19
1. AS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS	23
1.1. A Primeira Revolução Industrial.....	23
1.2. A Segunda Revolução Industrial.....	24
1.3. A Terceira Revolução Industrial	29
1.4. A Quarta Revolução Industrial	34
1.4.1. Avanços Tecnológicos e a Economia	37
1.4.2. Avanços Tecnológicos e a Empresa	41
1.4.3. Avanços Tecnológicos e o Trabalhador.....	45
2. A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	52
2.1. Construção da Sociedade da Informação.....	52
2.1.1. Informação Massificada	54
2.1.2. Informação Personalizada — Adrenalina social.....	55
2.1.3. Reflexão sobre Imaterial, Virtual e Líquido.....	58
2.2. Características das Novas Gerações da Sociedade da Informação	62
2.2.1. Liberdade: Quebra de Paradigmas.....	65
2.2.2. Inovação e Flexibilidade.....	69
3. DIREITOS DA PERSONALIDADE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	72
3.1. Direitos da Personalidade: Origem, Conceito e Fundamentos	72
3.2. Liberdade de Expressão em Ambiente Virtual	79
3.3. Impacto do Ambiente Virtual.....	84
3.4. Direito de Desconexão	87
3.5. Dano Existencial.....	92

4. TELETRABALHO	98
4.1. Origem e Desenvolvimento.....	98
4.2. Aspectos Conceituais.....	101
4.2.1. Enquadramento do Teletrabalho na CLT	109
4.3. Espécie de Teletrabalhador	113
4.4. Vantagens e Desvantagens.....	116
4.5. Contribuições do Teletrabalho em prol da Agenda 2030	126
4.5.1. Contexto e Desenvolvimento da Agenda 2030.....	126
4.5.2. Teletrabalho e Agenda 2030.....	129
5. FORMALIDADES E PRÁTICA DO TELETRABALHO	136
5.1. Descrição das Atividades.....	136
5.2. Mudança de Regime e Reversibilidade	137
5.3. Ônus da Atividade	140
5.4. Controle de Jornada/Ausência.....	149
5.4.1. Novo paradigma	157
5.4.2. Cautela	159
5.4.2.1. Trabalho noturno	162
5.5. Teletrabalho e o Direito de Desconexão.....	164
5.6. Instruções quanto às doenças e acidentes	171
5.6.1. Doenças, Acidentes e Fiscalização	172
6. TELETRABALHO TRANSNACIONAL E TRANSREGIONAL	182
6.1. Norma mais favorável ao trabalhador	183
6.1.1. Teletrabalho transregional — Indagações iniciais.....	183
6.1.2. Teletrabalho transnacional	184
6.1.2.1. Incompatibilidade da Lei n. 7.064/82	184
6.1.2.2. Conflito de normas (?).....	185
6.1.2.3. Critérios de aferição da norma mais favorável	186
6.2. Local da prestação dos serviços	190
6.2.1. Teletrabalho transregional.....	190
6.2.2. Teletrabalho transnacional	192

6.3. Local da tomadora dos serviços	194
6.3.1. Teletrabalho transregional.....	194
6.3.2. Teletrabalho transnacional	195
6.4. Eleição em contrato	198
6.4.1. Teletrabalho transregional	199
6.4.2. Teletrabalho transnacional	199
6.5. Inexistência de critério legal	200
7. TELETRABALHO TRANSNACIONAL NA PRÁTICA.....	201
7.1. Normas legais.....	201
7.1.1. Previsões da legislação lusitana	201
7.1.1.1 (In)aplicabilidade do Regime de Destacamento	202
7.1.1.2. Convenção de Roma	205
7.1.2. Previsões da legislação brasileira	206
7.1.2.1. (In)aplicabilidade da Convenção Interamericana sobre Direito Aplicável aos Contratos Internacionais	206
7.1.2.2. (In)aplicabilidade da Lei n. 7.064/1982.....	207
7.1.2.3. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	207
7.2. Breve esforço comparativo	208
7.2.1. Comparação das normas gerais trabalhistas.....	209
7.2.2. Comparação da legislação em teletrabalho	212
7.2.3. Linha de raciocínio	216
7.3. Benefícios	217
7.4. Seguridade Social	218
7.5. Convenção para evitar bitributação	223
7.6. Cenário legislativo	226
7.6.1. Brasil	226
7.6.2. Portugal	228
7.7. Considerações	229
8. TELETRABALHO E REPRESENTAÇÃO DE TRABALHADORES	230
8.1. Direito à efetiva representação	230
8.2. Qualificação e (Re)capacitação	234
8.3. Integração, Prevenção e Inclusão	238

8.4. Ausência ou controle de jornada e direito à desconexão	240
8.5. Ônus da atividade.....	242
8.6. Proteção de dados	243
8.7. Reforma Trabalhista.....	244
9. COVID-19 E O TELETRABALHO	248
9.1. Teletrabalho precário.....	250
9.1.1. Aprovação e necessidade de conformação.....	254
9.2. Novos conceitos	258
9.2.1. Enquadramento do teletrabalho frente às plataformas digitais.....	259
9.3. Medidas Provisórias ns. 927 e 1046.....	260
9.3.1. Conceito	262
9.3.2. Mudança de regime e reversibilidade	263
9.3.3. Ônus da Atividade.....	264
9.3.4. Controle de jornada/Ausência	265
9.3.5. Direito de Desconexão	267
9.3.6. Estagiários e Aprendizagem	268
9.3.7. Inaplicabilidade das Regras de Teleatendimento e <i>Telemarketing</i>	269
9.4. Ministério Público do Trabalho – Nota Técnica n. 17/2020.....	270
9.5. Breve apreciação da Lei n. 14.151.	271
9.6. Hipóteses de negociação coletiva de teletrabalho.....	273
10. PROTEÇÃO DE DADOS DO TRABALHADOR EM AMBIENTE VIRTUAL: REFLEXÕES INICIAIS	278
10.1. Direito fundamental e autônomo.....	279
10.2. Fundamentos para aplicação no contexto laboral	280
10.3. Novo Paradigma	286
10.4. Uso da base legal consentimento nas relações de trabalho	291
10.4.1. Consentimento e Autodeterminação Informativa nas relações de trabalho	292
10.5. Monitoramento e Vigilância a distância do teletrabalhador.....	295
11. PREVENÇÃO EMPRESARIAL EM AMBIENTE VIRTUAL	300
11.1. Política de Teletrabalho	300

11.2. Política de Integração e Adaptação do Teletrabalhador	303
11.3. Política de Prevenção de Doenças e Acidentes para o Teletrabalhador	309
11.4. Política de Uso das Redes Sociais	311
11.5. Política de Uso de Recursos Eletrônicos	315
11.6. Política de Proteção de Dados do Trabalhador	318
11.6.1. Disposições contratuais	319
11.7. Considerações	320
12. PROPOSTA DE PROJETO DE LEI	322
12.1. Estudo dos Projetos de Lei até 2015	322
12.1.1. Projeto de Lei do Senado n. 274, de 2013	322
12.1.2. Projeto de Lei n. 4.505, de 2008	327
12.1.3. Projeto de Lei n. 4.793, de 2012	332
12.2. Projetos de lei a partir de 2015	333
12.2.1. Direito ao teletrabalho e estímulo	333
12.2.1.1. Projeto de Lei n. 561 de 2020	333
12.2.1.2. Projeto de Lei n. 655 de 2020	334
12.2.1.3. Projeto de Lei n. 1.247 de 2020	335
12.2.1.4. Projeto de Lei n. 1.420 de 2020	335
12.2.1.5. Projeto de Lei n. 3.428 de 2020	336
12.2.1.6. Projeto de Lei n. 5.581 de 2020	337
12.3. Gestante — Projeto de Lei n. 2.058 de 2021	337
12.4. Prevenção, Ergonomia, Acidente de trabalho e Ônus da atividade	338
12.4.1. Projeto de Lei n. 5.772, de 2019	338
12.4.2. Projeto de Lei n. 2.251, de 2020	338
12.4.3. Projeto de Lei do Senado n. 3.512, de 2020	339
12.4.4. Projeto de Lei n. 3.915, de 2020	339
12.4.5. Projeto de Lei n. 4.816, de 2020	340
12.4.6. Projeto de Lei n. 4.831, de 2020	340
12.4.7. Projeto de Lei n. 5.581, de 2020	341
12.5. Controle de jornada e revogação	342

12.5.1. Projeto de Lei n. 8.501 de 2017	342
12.5.2. Projeto de Lei n. 10.823 de 2018	342
12.5.3. Projeto de Lei n. 3.312 de 2020	342
12.5.4. Projeto de Lei do Senado n. 3.512 de 2020	343
12.5.5. Projeto de Lei n. 3.325 de 2020	343
12.5.6. Projeto de Lei n. 3.915, de 2020	343
12.5.7. Projeto de Lei n. 4.831, de 2020	343
12.5.8. Projeto de Lei n. 5.581, de 2020	344
12.6. Formação profissional	344
12.6.1. Projeto de Lei n. 4.653, de 2016	344
12.7. Enfrentamento da Covid-19	345
12.7.1. Projeto de Lei n. 3.869 de 2020	345
12.7.2. Projeto de Lei n. 3.907, de 2020	346
12.7.3. Projeto de Lei n. 2.217 de 2020	346
12.8. Conceitos — Teletrabalho e home office	346
12.8.1. Projeto de Lei n. 5.003, de 2020	346
12.8.2. Projeto de Lei n. 5.581, de 2020	347
12.9. Teletrabalho transnacional e outros	347
12.9.1. Projeto de Lei n. 4.505, de 2008	347
12.9.2. Projeto de Lei n. 4.931, de 2020	348
12.9.3. Projeto de Lei n. 5.581, de 2020	348
12.10. Proteção de dados, Inspeção do auditor fiscal e Multas administrativas	349
12.11. Dia Nacional do Teletrabalho	349
12.11.1. Projeto de Lei n. 6.302/2019	349
12.12. Proposta de Projeto de Lei	349
CONCLUSÃO	371
POSFÁCIO	375
REFERÊNCIAS	377
ANEXOS	395